

DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL: O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Patrícia Marques¹

Resumo: Este artigo possui como objetivos principais, a apresentação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) no que se refere ao ensino superior, destacando as dificuldades de sua implementação e comentando sua situação atual. Assim, busca-se contextualizar a questão regional e discutir a importância da retomada das políticas de desenvolvimento regional. Insere-se nesse contexto a ampliação e a melhor distribuição pelo território nacional das Instituições de Ensino Superior (IEs), que devem contemplar toda a população brasileira e não somente uma ou duas regiões privilegiadas. A prioridade desse trabalho é explicitar as relações regionais existentes em relação à Educação de maneira geral, porém com ênfase no Ensino Superior, uma vez que este também possui um histórico de concentração, cujo desenvolvimento e ampliação ocorreram num esforço de maior oferta de vagas e ainda possuem problemas, principalmente no que diz respeito a sua qualidade e disparidades regionais. A existência de um ensino superior de qualidade pode estimular a produção de conhecimento científico, sem o qual, não haverá produção de bens e serviços geradores de renda ao país, promovendo seu desenvolvimento econômico e social.

Palavras-Chave: Política nacional de desenvolvimento regional; concentração regional; educação terciária.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a história do país desde o princípio vivenciou desigualdades regionais, uma vez que as primeiras regiões a serem habitadas, localizam-se no litoral brasileiro, ou seja, as primeiras atividades foram desenvolvidas nesta região, em detrimento de seu interior, ofertando inicialmente mais serviços para os habitantes deste local. Por conseguinte, atualmente observamos uma densidade demográfica maior no litoral. Em essência, esta lógica permanece nos dias de hoje: serviços e atividades ofertadas em locais de acordo com seu número de habitantes, contudo, hoje não somente o número de pessoas é levado em consideração, pois cada região construiu sua própria história e desenvolveu-se ao seu modo, sendo algumas mais privilegiadas que outras. Além disso, a concentração de renda sempre prevaleceu, realidade na qual poucos detêm uma quantidade desproporcional ao restante dos habitantes, o que, claramente, reflete na dinâmica nacional.

Assim, é necessária investigação das recentes tentativas de minar esta realidade ainda presente, apresentando a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) que surge em 2003, com o intuito de minimizar as divergências presentes entre as regiões brasileiras, um passo muito importante para toda a nação, já que essas diferenças constituem um de seus maiores desafios. Contudo, como todas as políticas que passam por discussões e revisões, a PNDR infelizmente nunca chegou a ser implementada, apesar de ter realizado diversas análises e ter feito inúmeras propostas para o território

¹ Graduanda em Geografia na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Email: patricia.marques@unesp.br

brasileiro, que deveriam, no mínimo, prosseguir com os debates com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais.

Pode-se afirmar que esta Política **alterou a visão até então estabelecida no país sobre a questão regional, levando-a para outro patamar.** Em seus objetivos, diversos pontos são colocados, entre eles, as *diretrizes para a educação* merecem destaque e em especial, a educação terciária, pois esta é a responsável, além da formação de quadros técnicos, pela produção de conhecimento científico que traz visibilidade internacional ao país, colocando-o em melhores posições no *ranking* mundial, além de sua capacidade de produção de bens de consumo para a população, que interfere diretamente na economia nacional, levando-se em consideração a valorização atual da “economia do conhecimento”, onde quem possui mais conhecimento científico-inovador ascende rapidamente e quanto menos conhecimento possui menor é seu reconhecimento.

Apesar de o Brasil ter tratado a Educação com certa atenção nos últimos anos, muitos avanços ainda necessitam ser realizados. Para além desta, a questão regional merece notoriedade, pois sem que estas dificuldades sejam minimizadas, não haverá efetivo avanço, uma vez que trata-se um problema que deve buscar uma solução multiescalar.

Neste contexto, considerando a importância das questões explicitadas, a quantidade de pessoas que frequentam as Instituições de Ensino Superior (IEs) no país, é ínfima e deve ser tratada com sua devida relevância, considerando suas interferências nos locais onde se fixam, seus respectivos desenvolvimentos e o que trazem a estes locais.

Portanto, é fundamental a abordagem da vertente Educação, trabalhada de forma abrangente na PNDR, pois para a melhoria de sua qualidade houve grandes esforços desde a constituição de 1988, em busca de uma equidade em nosso sistema educacional. Ademais, o Ministério da Integração Nacional (MI) através de seu *Documento de Referência* traz algumas diretrizes a fim de se alcançar esse objetivo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Através da revisão da PNDR, assim como a retomada das discussões levantadas e desdobramentos na última década, cujo foco é a vertente Educação, objetiva-se traçar um quadro de acontecimentos, assim como a análise destes, visando determinar os avanços e os retrocessos da expansão do ensino superior pelo território.

Para isso, realizou-se pesquisa bibliográfica e levantamento de dados de institutos cruciais para a discussão, como Ministério da Educação (MEC), Ministério da Integração Nacional (MI), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas* Educacionais Anísio

Teixeira (Inep), relacionados ao atendimento das Instituições de Ensino Superior, realizando breve comparação entre as IES Públicas e Privadas, relacionando os resultados com as políticas regionais discutidas no decorrer da história do país.

Por conseguinte, serão explicitadas tabelas, gráficos e cartogramas a fim de uma exploração didática do tema, para melhor entendimento do mesmo, contendo análises críticas acerca de cada uma bem como uma visão sistêmica dos fatos, relacionando-se Ensino Básico e o Ensino Superior, de acordo com as grandes regiões brasileiras e unidades da federação, já que vivenciamos graves concentrações que impedem o desenvolvimento nacional, em busca de melhores índices, que contribuiriam para todo o desenvolvimento do país, em especial no que tange à produção de conhecimento científico, bens diversificados e quadros técnicos qualificados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Brasil ainda na atualidade possui um território bastante desigual no que se refere ao desenvolvimento econômico e a oferta de serviços, que são bastante concentradas. Contudo, para combatê-la de maneira eficaz são necessários a busca de consensos e a efetivação de um planejamento, que propicie uma regulação eficiente do território pelo Estado. Ainda não tivemos no Brasil uma reforma abrangente que coloque o planejamento regional como uma preocupação nacional, visando a democratização dos serviços públicos e privados e infraestruturas.

A forte concentração espacial dos ativos intelectuais e de pesquisa, cruciais para o desenvolvimento das atividades do novo paradigma produtivo, gera um efeito retroalimentador nos territórios que dispõe de uma dotação prévia destes ativos. Verifica-se assim a intensificação da polarização dos espaços que concentram as atividades de alta tecnologia e de maior agregação de valor, seja entre os países, seja no interior de cada País. (BRASIL, 2012, p. 08).

As diretrizes sugeridas acerca da PNDR, no Documento de Referência são bastante interessantes e viáveis, ao contribuir para uma melhora dos índices nacionais, pois, de acordo com o Ministério da Integração (2012, p.65) trata-se de grande importância uma orientação das redes públicas de ensino um caráter inclusivo, que priorize necessidades das minorias na Regiões Elegíveis (REs) da PNDR, assim como deve-se fortalecer os programas de pós-graduação nestas, além de despertar para a biodiversidade e sustentabilidade ambiental o sistema público educacional, de maneira geral, entre outros.

De forma geral, os principais temas contemplados nos princípios e nas diretrizes priorizados na I CNDR relacionam-se à participação social, ao aumento dos investimentos em educação, ciência, tecnologia e inovação (CT&I) e infraestrutura de transportes, à permanência e ao aprimoramento dos incentivos fiscais, à preservação e à conservação ambiental, e à inclusão de determinados grupos sociais. (SILVA, 2015, p.33)

Assim, de acordo não apenas com as diretrizes, mas com todo o conteúdo desta Política mencionada, percebe-se que está condizente com as principais necessidades de uma boa Política regional,

já estabelecidos por Friedmann (1960, p. 17) a serem aceitáveis, exequíveis, viáveis (economicamente) e sensíveis – este último evidenciado claramente ao mencionar as minorias e sua inclusão.

Permanece necessária uma PNDR para integrar e coordenar os diversos esforços de desenvolvimento promovidos no Brasil, bem como para conter a tendência desagregadora das “ilhas de prosperidade” desconectadas do tecido produtivo nacional. A história da formação do Estado nacional brasileiro é também a história da formação do seu mercado interno. (COELHO, 2017, p.21)

Contudo, a questão orçamentária (viabilidade da Política) impactou negativamente na sua implementação efetiva, pois **a ausência do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) é uma discussão importantíssima, pois sua não execução foi um dos motivos PNDR não conseguir se desenvolver e se fortalecer no cenário nacional.**

Além disso, Para o Ministério da Integração (2007, p. 47) outro problema gravíssimo enfrentado ao debater a PNDR,

[...] diz respeito aos desequilíbrios horizontais, referentes à distribuição do bolo financeiro entre os diferentes estados e municípios da federação. Um dos papéis fundamentais das receitas tributárias totais, em um regime federativo, é o de reduzir as assimetrias apresentadas pelos entes federados no que diz respeito às suas respectivas capacidades de arrecadação, que resulta proporcionalmente em assimetrias nas respectivas capacidades de atendimento das demandas locais por bens e serviços públicos.

Neste contexto, para que fossem observados resultados efetivos, um planejamento feito de maneira centralizada não teria sentido, uma vez que a descontração tem sido vivenciada pelo país é mais interessante com a articulação de vários atores do setor público e até mesmo do privado, em busca de uma maior organização do território nacional, abrindo-se espaços para a sociedade civil inserir suas contribuições. Friedmann (1960, p. 28) já apontava sobre a maneira de se organizar um planejamento, comentando a forma centralizada e a descentralizada, trazendo a possibilidade de um meio termo entre os dois extremos, dependendo da realidade que está sendo trabalhada, pois somente a forma centralizada ou somente a descentralizada, poderia, por muitas das vezes, não contemplar toda a realidade, até porque cada região deve ter sua forma única de planos e planejamento.

[...] o surgimento de um novo padrão dominante de acumulação e reprodução ampliada de riqueza, calcado, sobretudo, na incorporação de técnicas e métodos aprimorados e inovadores por determinados setores estrategicamente importantes da economia, que, crescentemente, fazem usos intensivos do conhecimento científico e tecnológico e de mão de obra especializada e altamente qualificada nos seus processos particulares de valorização do capital e de produção de bens e serviços.” (VIEIRA, 2017, p.278)

Corbucci (2007, p. 07) nos alerta sobre a defasagem presente no país ao afirmar que “[...] o Brasil não conseguiu montar um setor produtivo fortemente orientado a realizar investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), tanto no âmbito da própria empresa, como em associação com centros ou institutos de pesquisa.”

Dados nos alertam para a disparidade entre as regiões, principalmente as realidades do Sul e Sudeste em relação às demais, evidenciando a negligência com a desconcentração regional. De acordo com o Ministério da Integração (2012, p. 64) estas duas regiões concentravam 65,1% das matrículas nos cursos de educação superior presencial, enquanto o Norte era responsável somente por 6,5% e o Nordeste por 19,3% 90%. O número de mestres e doutores por 100 mil habitantes também possui enorme discrepância.

Na pós-graduação a distância entre as regiões é igualmente importante. O número de mestres por 100 mil habitantes é de 27,88 no Sul e 23,43 no Sudeste, contra 11,49 no Nordeste e 8,48 no Norte. O de doutores é de 9,53% no Sudeste e 6,43% no Sul, para 2,38% no Nordeste e 1,09% no Norte. além da distribuição das IES ser desigual pelo território. (BRASIL, 2012, p. 64)

No final de 2003, foi proposta a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, pela equipe da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional. **Esta Política surge enquanto “[...] primeiro esforço de instituir uma política nacional de desenvolvimento regional no País.”** (BRASIL, 2012, p. 19), **cujo objetivo é a retomada de políticas necessárias ao processo de desconcentração regional e assim, criar articulações viáveis para uma rede entre as diversas regiões que favoreça um desenvolvimento nacional, com diminuição das desigualdades sociais, sendo a partir de 2003, que ocorre uma retomada de maneira mais efetiva, incluindo um plano de ação selecionando os seus espaços para trabalho, denominados de Regiões Elegíveis (REs).**

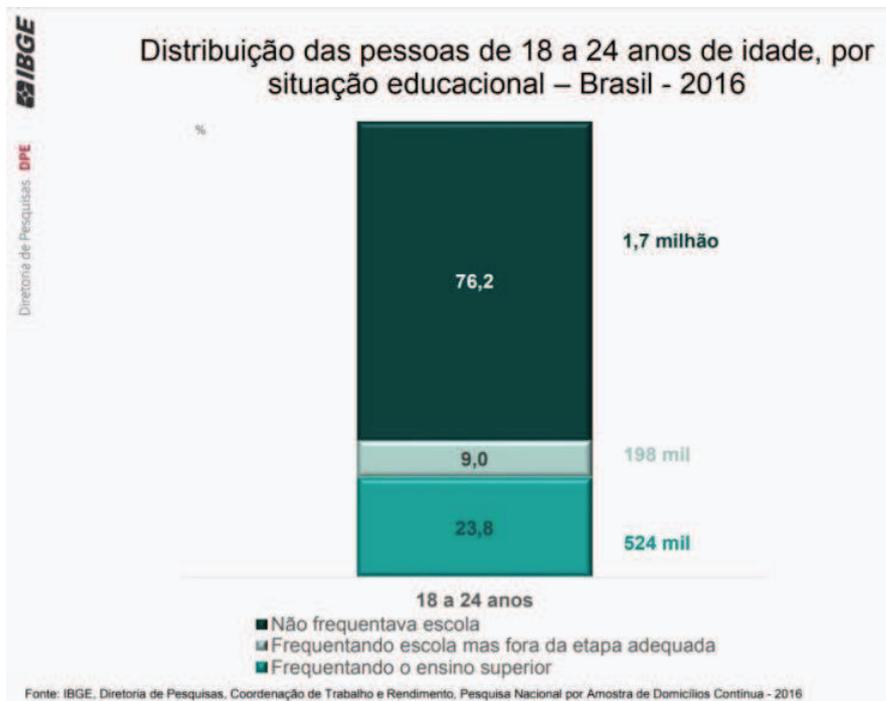
De acordo com SILVA (2015, p. 09) “[...] a PNDR anunciou suas pretensões em sistematizar o planejamento regional, articulando as instituições públicas nas escalas federal, estadual e municipal, bem como as empresas privadas e a sociedade civil organizada.” Assim, **de 2003 a 2007 ocorreram várias discussões acerca do documento, até ser instituída. Dentre as discussões, várias vertentes foram tratadas, sendo a Educação uma das que mais chamam atenção, por seu caráter inovador, pela pesquisa e desenvolvimento que pode trazer para o território de um país.**

De acordo com Corbucci (2007, p. 12) a educação superior brasileira ainda é restrita, sendo de difícil acesso, ao compararmos com outros países, assim, destaca o caráter desta acessibilidade que se inicia anteriormente às provas de exames para entrarem na Educação Superior, uma vez que é possível observar desigualdades já na educação básica, seja na infraestrutura, preparo dos professores, entre outras.

Observa-se abaixo, de acordo com o gráfico 1 que somente 23,8% das pessoas de 18 a 24 anos de idade, no ano de 2016, frequentavam IEs, comprovando a afirmação de Corbucci: um caráter bastante restrito desta Educação, assim como também podemos observar nos cartogramas 1 e 2 que a infraestrutura da educação básica tem os piores números nas regiões Norte e Nordeste, assim, fica claro que antes mesmo de se cogitar entrar numa Instituição Superior há grandes dificuldades a serem enfrentadas, de acordo com o ensino que se obteve anteriormente. As regiões Sul e Sudeste possuem

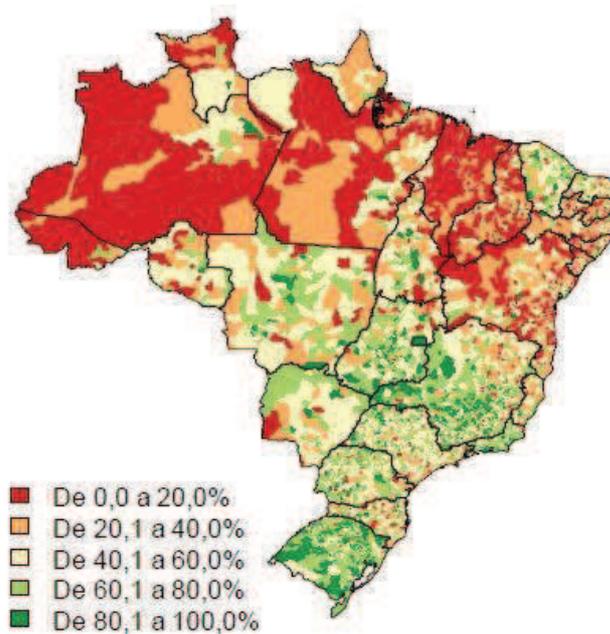
índices muito melhores que nas demais regiões, isto é, há melhor infraestrutura, que contribui diretamente no desenvolvimento de uma educação melhor.

Gráfico 1 – Distribuição das pessoas de 18 a 24 anos de idade, por situação educacional



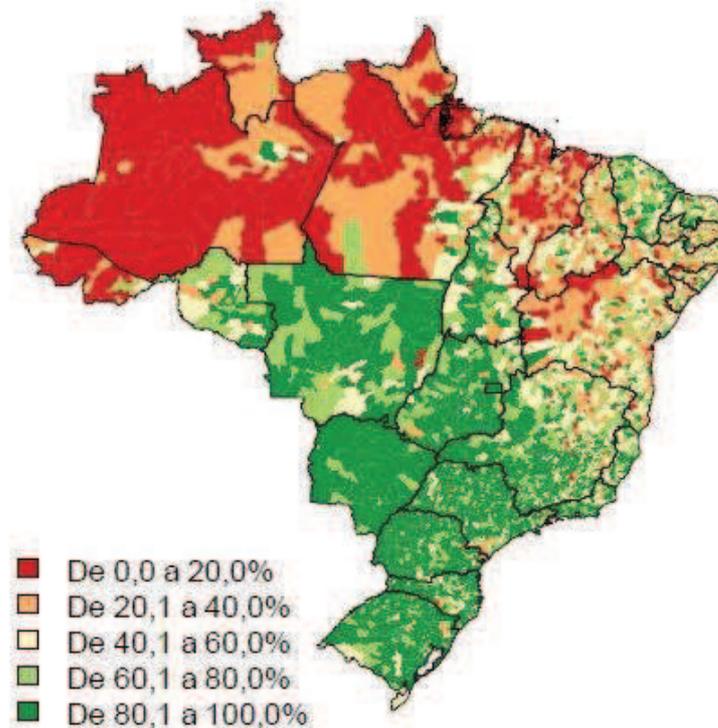
Fonte: IBGE, DPE, Coordenação de trabalho e rendimento, PNAD - 2016.

Cartograma 1 – Percentual de escolas de educação básica com bibliotecas e/ou sala de leitura por município (2016)



Fonte: INEP, 2016

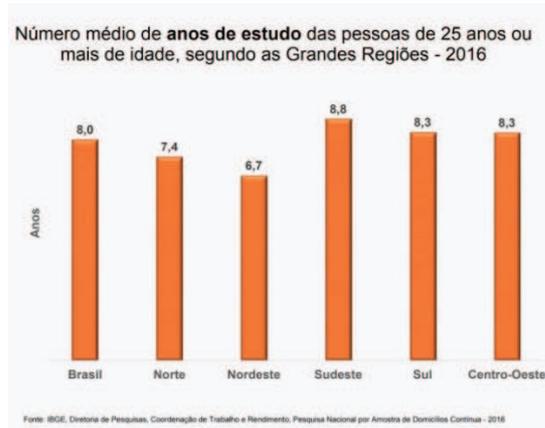
Cartograma 2 – Percentual de escolas de educação básica com acesso à internet por município (2016)



Fonte: INEP, 2016

Vemos que ainda existem diferenças em relação ao número de anos de estudo das pessoas, variando com a região na qual pertencem (gráfico 2) sendo o Nordeste a região com menor número, 6,7. O mesmo podemos observar nos gráficos gráfico 3 e 4, sendo o 3 a apresentação das taxas de analfabetismo de acordo com Unidades da Federação, sendo Alagoas o maior índice, com 19,4, que constitui enorme contraste ao compararmos com o menor número, 2,6 no Distrito Federal. O gráfico 4, apresentando a variação das taxas de analfabetismo por região, mostra a liderança da região Nordeste, com 14,8%, evidenciando que apesar de grandes esforços dos últimos anos, ainda não foram o suficiente para sanar os problemas regionais, uma vez que na região Sul, o número é 3,6%, isto é, possui grande desproporção entre as regiões.

Gráfico 2 – Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade



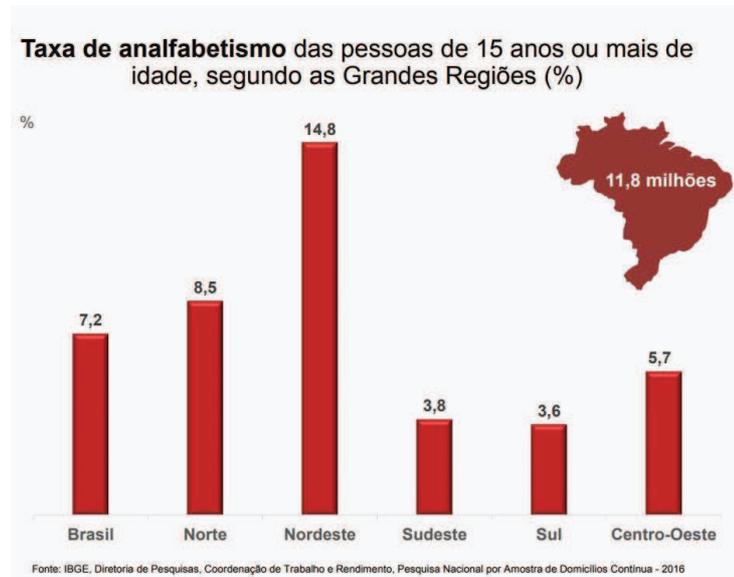
Fonte: IBGE, DPE, Coordenação de trabalho e rendimento, PNAD - 2016.

Gráfico 3 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo as Unidades da Federação



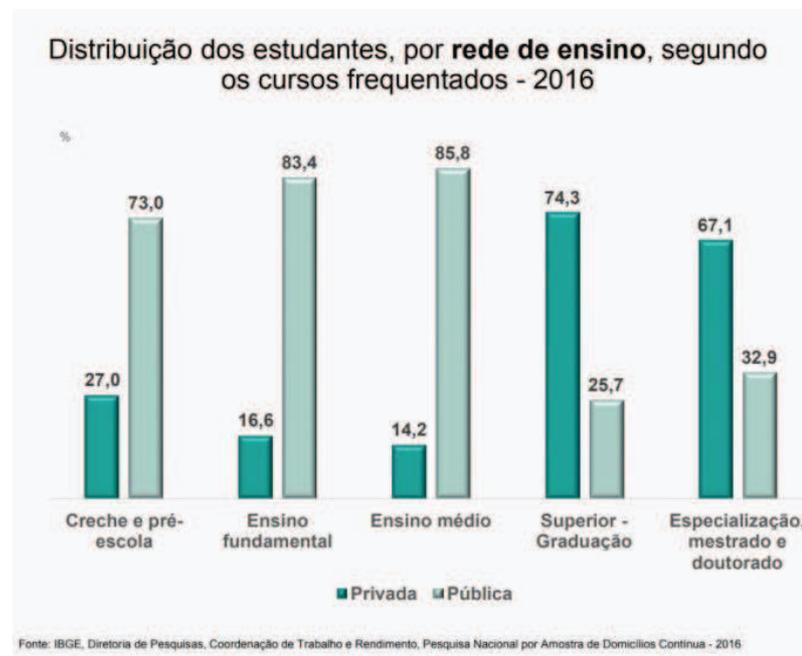
Fonte: IBGE, DPE, Coordenação de trabalho e rendimento, PNAD - 2016.

Gráfico 4 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões



Fonte: IBGE, DPE, Coordenação de trabalho e rendimento, PNAD - 2016.

Gráfico 5 – Distribuição dos estudantes, por rede de ensino, segundo os cursos frequentados



Fonte: IBGE, DPE, Coordenação de trabalho e rendimento, PNAD - 2016.

Deve-se dar atenção também a questão explicitada no gráfico 5, no qual é possível analisar que no ensino médio mais da metade dos brasileiros frequentam a rede pública. Contudo, em seguida, há uma

inversão assustadora desta realidade, com a maioria na rede privada, tanto na graduação quanto na pós-graduação, isto ocorre, entre vários fatores devido a uma menor oferta de vagas na rede pública (vide tabelas 1 e 2), nas quais há aumento constante da concorrência para a realização das provas cuja dificuldade é alta, que faz com que seja necessário buscarem alternativas, sendo o Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni) opções para aqueles que por vários motivos, não conseguiram uma vaga na rede pública.

Ainda segundo o gráfico 5, nos períodos escolares anteriores ao Ensino Superior percebe-se que o Sistema Público, apesar de seus desafios e dificuldades, tem conseguido atender boa parte da população com seus serviços, colaborando com a formação de vários brasileiros, o que deve ser mencionado, pois apesar de várias críticas ao sistema público de ensino, em especial no que diz respeito ao abismo entre escolas privadas e particulares, seu atendimento corresponde a maior parte da população e merece a devida atenção por sua abrangência.

Tabela 1 - Número de instituições de educação superior, por organização acadêmica e categoria administrativa - Brasil - 2016

Ano	Instituições								
	Total	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		IF e Cefet	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
2016	2.407	108	89	10	156	138	1.866	40	a

Fonte: INEP/MEC, 2016

Tabela 2 - Número de vagas de cursos de graduação, por tipo de vagas e categoria administrativa - Brasil - 2016

Categoria Administrativa	Vagas de Cursos de Graduação			
	Total Geral de Vagas	Vagas Novas Oferecidas	Vagas de Programas Especiais	Vagas Remanescentes
Total Geral	10.662.501	7.873.702	19.302	2.769.497
Pública	750.850	572.122	12.065	166.663
Federal	453.859	333.900	5.723	114.236
Estadual	205.173	170.485	5.693	28.995
Municipal	91.818	67.737	649	23.432
Privada	9.911.651	7.301.580	7.237	2.602.834

Fonte: INEP/MEC, 2016

De acordo com o Censo da Educação Superior 2016, 87,7% das instituições de educação superior no Brasil é da categoria Privada, o que é explicitado na tabela 1, evidenciando os números das IEs no território brasileiro de acordo com sua rede.

Corbucci (2007, p.14) comenta que as IEs Privadas de 1990 a 2005 aumentaram significativamente suas matrículas, e hoje a realidade continua, pois “as IES privadas têm uma participação de 75,3% (6.058.623) no total de matrículas de graduação. A rede pública, portanto, participa com 24,7% (1.990.078).” (INEP, 2016, p.5)

Em resumo, foi possível observar, nas últimas décadas, a revalorização do papel desempenhado pelas IES no processo de desenvolvimento econômico, motivada, principalmente, pelas rápidas transformações tecnológicas que vieram a estabelecer, em período recente, bases renovadas de geração e conservação de riqueza, cuja característica primordial consiste na aplicação intensiva de conhecimento científico na produção de bens e serviços. Essa dependência cada vez mais acentuada de técnicas aprimoradas e de força de trabalho qualificada deu maior peso às atribuições das IES, fazendo com que as suas funções básicas e inerentes de geração e disseminação de conhecimento passassem a ser consideradas também sob a perspectiva territorial. (VIEIRA, 2017, p.285)

Trata-se de compreender que na atualidade o desenvolvimento econômico das nações está fortemente atrelado à sua capacidade de produzir conhecimentos e gerar inovações, seja no aumento da competitividade de sua indústria, seja na oferta de serviços qualificados à sua população e para exportação. Para isso é fundamental uma melhoria da qualidade de nosso ensino superior e de sua capacidade de produzir novas tecnologias. Para aproveitar a toda a biodiversidade do território nacional e utilizar o potencial humano da população brasileira como um todo, é urgente uma democratização do acesso a esse nível de ensino, o que somente será obtido com a sua expansão territorial, reduzindo as imensas desigualdades regionais que ainda perduram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que apesar de a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, com sua inserção na agenda governamental em 2003, com discussões muito ricas para o desenvolvimento do país, especialmente no que diz respeito as Instituições de Ensino Superior, teve grandes dificuldades a serem extintas, porém, não conseguiu atingir seus objetivos com estes entraves, a saber, principalmente: a inexistência de Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e a centralização exacerbada presente na realidade governamental nacional.

As IEs são de extrema importância, pois trazem modificações aos territórios onde se fixam e portanto, seu papel deve ser valorizado e a investigação de parcerias a fim de uma maior articulação dos espaços faz-se necessária, pois sua desconcentração agrega ao desenvolvimento regional, criando novas áreas capazes de gerar conhecimento científico. No decorrer dos anos, diversos índices mostraram a impactante concentração que nada mais é do que uma injustiça social, em todos os segmentos educacionais. É necessário enfatizar que a partir de uma política voltada para investimentos nos setores sociais, entre 2001 e 2010, houve grandes melhorias, contudo, não foram o suficiente para que houvesse, de fato, uma isonomia forte o suficiente no âmbito nacional.

Nos últimos anos, houve uma revalorização destas, ao perceber que contribuem com a inovação e conseqüentemente, com a economia do país, revelando seu aspecto econômico, possível de incluir o Brasil em posições cada vez mais altas, pois as mais diversas pesquisas importantes ao Estado ocorrem nas universidades, sobretudo, nas públicas e este deveria ser motivo o suficiente para que o investimento para estas instituições fosse maior e fossem incluídas como prioridade na agenda de qualquer governo.

Além deste, as IEs, ao instalarem-se em seus respectivos territórios, levam novas pessoas para aquela região, assim, será um maior número de consumidores, e uma maior gama de serviços que deverão ser ofertados para aqueles que ali chegaram, obrigando a região a criar condições mínimas para aqueles que se mudam de suas respectivas cidades, pois o município onde irão se fixar, necessitará de uma maior oferta de residências para estas pessoas, assim como construir alguns serviços nas proximidades do local, entre outros.

Portanto, infere-se que a existência de um ensino superior de qualidade pode estimular a produção de conhecimento científico, sem o qual, não haverá produção de bens e serviços geradores de renda ao país, promovendo seu desenvolvimento econômico e social, melhorando seus índices, a qualidade de vida das pessoas que habitam a região, além de desenvolver regiões próximas a esta.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Censo da Educação Básica 2016: notas estatísticas. Brasília, 2017.

BRASIL. Censo da Educação Superior 2016: notas estatísticas. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Desenvolvimento Regional. **I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (I CNDR)**. Documento de referência. Brasília: SDR/MI, 2012. p. 1-77.

COELHO, Vitarque Lucas Paes. A política regional do governo Lula (2003-2010). In: NETO, Aristides Monteiro A.; CASTRO, César Nunes de; BRANDÃO, Carlos Antônio (Org.). **Desenvolvimento regional no Brasil – políticas, estratégias e perspectivas**. Brasília, 2017.

CORBUCCI, P. R. **Desafios da educação superior e desenvolvimento no Brasil**. Brasília: Ipea, 2007. (Texto para Discussão, n. 1287)

FRIEDMANN, J. O que é planejamento? In: _____. **Introdução ao Planejamento Regional**. Rio de Janeiro: FGV, 1960. p. 1-30.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)**. 2017. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_media/ibge/arquivos/8b9eafcfed9d8742b0a8ea5fce7ae94.pdf> Acesso em: 28 set. 2018.

SILVA, S. A. **A PNDR e o planejamento regional brasileiro no início do século XXI**. Brasília: IPEA, nov. 2015 (Texto para Discussão, n. 2150).

VIEIRA, J. D. Evolução do ensino superior brasileiro em período recente: novas perspectivas para o desenvolvimento regional? In: NETO, Aristides Monteiro A.; CASTRO, César Nunes de; BRANDÃO, Carlos Antônio (Org.). **Desenvolvimento regional no Brasil** – políticas, estratégias e perspectivas. Brasília, 2017.